ELO DA DISTRIBUIÇÃO DO GÁS NATURAL NO BRASIL: AGENTES DO SETOR E RESULTADOS EM INFRAESTRUTURA

Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional

RESUMO

As infraestruturas de gás natural são recentes nos municípios brasileiros, fora São Paulo e Rio de Janeiro que possuem operações centenárias, os demais estados iniciaram seus processos a partir da Constituição de 1988 que atribui às unidades subnacionais a concessão do serviço por território. Com isso, analisou-se a participação histórica de agentes e os resultados no atendimento social e de mercado pelos contratos de concessões celebrados com os estados subnacionais no elo distribuição do setor. A pesquisa utiliza o pensamento de I. Rangel sobre serviços de utilidade pública no país e inclui levantamento dos agentes que formam sociedade nas concessionárias, apresentando resultado de cinco indicadores. Aponta-se que há ampliação da concentração do mercado em poucos agentes; os estados com melhores indicadores possuem maior desempenho econômico; há semelhanças entre os modelos de concessão por estado; e os investidores acionistas se colocam como os orientadores das políticas públicas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para apresentar o papel ocupado por agentes[1] no elo da distribuição de gás natural no Brasil o estudo suporta sua análise no processo de formação industrial nacional, com a transição entre os modos de produção, e no papel que cabem desempenhar os serviços de utilidade pública no desenvolvimento nacional conforme estudos de Rangel (2012). Para incluir o panorama do setor de gás natural brasileiro e os aspectos relativos ao contrato de concessão dos

[1] Nesse estudo entende-se por agentes as empresas privadas ou públicas e os estados subnacionais que atuam em sociedade nas concessionárias de serviços público estaduais operadoras dos contratos de concessão. No caso do Brasil as empresas distribuidoras de gás natural operam com capital total privado ou formam sociedades de economia mista entre o estado e investidores privados. Não há empresas 100% estatais atuando nesse elo da cadeia do setor.

serviços celebrados entre as concessionárias e os estados subnacionais, usa-se também a pesquisa de Estrella (2023).

Nesta análise foram considerandos os seguintes estados nacionais[2]: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Destaca-se que São Paulo e Rio de Janeiro dividem o território estadual em três e duas concessões, respectivamente — o demais estados possuem apenas uma concessão por território. Os indicadores de resultados por concessionária avaliados foram (i) volume de vendas; (ii) rede implantada; (iii) mercados de consumo (número de clientes por segmento); (iv) indústrias atendidas; e (v) municípios com infraestutura instalada a partir de dados de 2021 e 2022, obtidos junto à Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) e nos relatórios de administração publicados por cada uma das 19 concessionárias que operam nos 16 estados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontam concentração de mercado em dois principais agentes: Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., subsidiária do grupo japonês Mitsui Co., e na empresa nacional Compass do Grupo Cosan, que juntas formam índices acima de 50% de participação na maioria dos indicadores analisados. Descobre-se também que o papel estatal foi diminuído ao longo dos processos de concessão, com quatro fatos mais marcantes: (a) privatização dos serviços na década de 1990 no estados do Rio de Janeiro e de São Paulo; (b) venda da subsidiária da Petrobras (Gaspetro) para os dois agentes citados[3]; (c) a presença dos estados subnacionais constantemente diminuída no capital social das concessionárias e, em alguns casos, transferindo os ativos para as distribuidoras de energia elétrica locais; e (d) uma segunda onda de

---

[2] Considerou-se o estados que possuem uma infraestrutura de rede de gás natural instalada acima de 1 km. Com isso, ficaram de fora da análise os estados do Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia e o Distrito Federal que possuem pequenas ou surgentes operações de gás natural em seus espaços.

[3] A Compass detém capital e participa da gestão de 12 das 22 distribuidoras em operação no país (54,55% das empresas) e a Mitsui em 13 delas (59,09%). Compass e Mitsui formam sociedade com a Commit ao adquirirem a Gaspetro — a Mitsui comprou 49% das ações em 2015 e Compass os outros 51% em 2022.

privatizações, imposta pelo Novo Mercado de Gás do Governo Federal (2019-2022), que ainda apresenta seus reflexos. Além disso, demonstra que a infraestutura instalada no país é insuficiente estando presente em apenas 483 municípios (8,67%); que existe forte concentração da oferta do insumo na Vertente Atlântica do território nacional; e que o número de clientes abastecidos ultrapassa os 4 milhões, mas expõe ainda um *share* de participação pouco significativo em todos segmentos de atuação (industrial, comercial, automotivo e residencial).

Conclui-se que o modo de operação das concessionárias restrito a determinados espaços dos territórios concedidos, em conjunto com seus níveis de investimentos e rentabilidade (excedente de capital), não garante a implantação de nova infraestrutura em regiões carentes da oferta do insumo, em especial se o setor industrial – principal e maior responsável pela dinâmica dos ritmos econômicos – for colocado como foco de atendimento. Assume-se como caminho adequado, seguindo a lição de Rangel (2012), que a concessão dos serviços deve se dar ao capital interno e não externo para fomentar a implantação de novas infraestruturas de distribuição em espaços desabastecidos e manter o excedente de capital gerado pela exploração do serviço no país, desde que com regramentos estatais que levem ao melhor desenvolvimento socioeconômico e promova a capacidade de fiscalização dos serviços visando garantir às necessidades socioeconômicas particulares locais.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMÁTICA

A pesquisa analisa os resultados de um setor da política pública que foi atribuído aos estados subnacionais, enquanto articuladores de projetos de infraestrutura, a exploração da concessão de um serviço que se caracteriza como monopólio natural e que possui um importante papel na promoção da competitividade e desenvolvimento regional.

REFÊRENCIAS

ABEGÁS - Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado. Relatório de Comercialização. dez. 2022.

ESTRELLA, Leonardo Mosimann. **Gás Natural em Santa Catarina:** uma análise crítica da concessão do serviço. 1 ed. Florianópolis: Instituto Ignacio Rangel, 2023.

RANGEL, Ignacio de Mourão. **Ignácio Rangel:** Obras Reunidas. v. 1/2. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012.